

GUERRA DO PARAGUAI: VISÕES DA HISTÓRIA

Manoel José Porto Júnior¹

RESUMO: O presente trabalho pretende realizar uma análise a respeito da historiografia brasileira sobre o episódio da Guerra do Paraguai e do processo histórico original e originário do conflito em questão.

A partir da análise das obras de diferentes autores sobre o tema, o trabalho se propõe fazer os recortes e aproximações necessárias entre a linha de abordagem revisionista e os trabalhos mais recentes, a fim de criar um diálogo possível entre a explicação economicista e os estudos relativos à estrutura social dos países envolvidos, sobretudo do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai, Paraguai, Exército Brasileiro, Imperialismo inglês.

A produção historiográfica sobre o conflito

A Guerra do Paraguai é um tema extremamente polêmico e tem gerado estudos cujos resultados apresentam discrepâncias enormes. Tal situação deve-se à paixão presente em muitos trabalhos que abordam o processo histórico em questão, levando a extremismos próprios da utilização ideológica, muitas vezes simplificada da análise, comprometendo a metodologia empregada para a pesquisa.

Para entender-se o motivo dessa diversidade de opiniões, deve-se levar em conta a precariedade dos dados disponíveis para os autores. Sem dúvida, as visões diferentes baseiam-se em diferentes posicionamentos sobre o tema, que levam à utilização de diferentes fontes primárias –estas muitas vezes questionáveis quanto à veracidade e abrangência, visto a própria precariedade das instituições administrativas dos Estados Nacionais –ainda em processo de formação– que se encontram em conflito.

As diferentes abordagens estão divididas, nesta obra, em três grandes grupos, cujas características passarão a ser abordadas.

A Versão Nacionalista – A História Oficial

A produção historiográfica brasileira oficial sobre a Guerra do Paraguai, não questionada até meados do século XX, foi aquela que trazia a visão dos vencedores.

Grande parte dos livros é constituída de relatos de ex-combatentes sobre as dificuldades e heroísmos de quem viveu uma experiência terrivelmente marcante em suas vidas, influenciando na sua maneira de ver o mundo a partir de então. Entre estes autores, encontram-se: Madureira (1982), Taunay (1960), Fragoso (1956), Cerqueira (1980) e Rebouças (s.d.).

Ponto comum nessas obras são os relatos pormenorizados de batalhas, atos de heroísmo e de situações vividas nos acampamentos ou nas marchas do exército. Evita-se, contudo, uma busca das verdadeiras razões pelas quais lutavam.

Osório multiplicou-se; não houve soldado brasileiro que combatesse nesse dia, que não o visse passar como um raio por entre os maiores perigos da batalha, e que no exemplo sublime, que lhe dava o chefe, não sentisse o coração pulsar-lhe de entusiasmo e de valor invencível! (MADUREIRA, 1982: 24)

Poderia-se citar vários exemplos como este, presentes nas obras dos diferentes autores militares que participaram do conflito. Tais obras resumem-se em definir os inimigos como débeis, porém corajosos, bárbaros indígenas, manipulados por um ditador tirano que era a verdadeira encarnação do mal: “López, o ditador onipotente, esperava-nos com trinta mil dos seus guerreiros, prontos a morrer ao seu leve aceno e crendo, conforme se assoalhava, que ressuscitariam em Assunção, aureolados de glória imortal, aqueles que caíssem aos nossos golpes” (CERQUEIRA, 1980: 126).

Outros autores procuram detalhar os acontecimentos diplomáticos antecedentes, justificando, através do espírito beligerante –encarnado na figura de Solano López– a eclosão do

¹ Manoel José Porto Júnior é formado no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: manoj@cefets.tche.br

conflito. Evita-se, portanto, qualquer referência às questões econômicas envolvidas. São escritores, na maioria das vezes, ligados ao Estado brasileiro.

Milton Costa faz uma análise bastante interessante da obra de Joaquim Nabuco, cuja família é ligada à burocracia do regime monárquico brasileiro. Segundo Costa (1995), Nabuco procura eximir o Império de qualquer culpa em relação à Guerra do Paraguai, negando a intencionalidade da ação diplomática brasileira, quando da Missão Saraiva:

Mesmo reconhecendo a belicosidade brasileira diante do Uruguai, Nabuco em toda a reconstituição das origens da Guerra do Paraguai, justifica a ação do governo imperial no Uruguai como generosa e desinteressada, assim como seu enfrentamento com o Paraguai vai ser no interesse "da civilização e da liberdade. (COSTA, 1995: 16)

Existem trabalhos bastante atuais enfatizando os conflitos diplomáticos e, sobretudo, combatendo as visões revisionistas. É um exemplo característico, o trabalho de Acyr Vaz Guimarães (2001), no qual o autor realiza um relato das várias missões, recheado de conclusões e afirmações a respeito das intenções dos paraguaios e dos aliados.

Para Guimarães, os paraguaios foram vítimas inocentes do sonho imperialista de Solano López que, por sua vez, pensava contar com o apoio da França de Napoleão III para a sua implementação. Segundo o autor, Leverger, capitão-tenente enviado pelo Império à Assunção em 1943 "...percebeu que o povo nada entendia de política, em face do regime vivido muitos anos sob custódia do ditador Francia, proibido que era qualquer cidadão imiscuir-se nos problemas do governo ou correlatos" (GUIMARÃES, 2001: 127-128).

Guimarães (2001) relata como o Brasil reconheceu a independência do Paraguai em 14 de setembro de 1844, através da Missão de Pimenta Bueno (p. 34) e como o Império foi importante para garantir a soberania paraguaia frente às ameaças de Rosas, presidente da Argentina, inclusive fornecendo material bélico.

Tudo isso para apresentar como injustificável a ação paraguaia contra o Brasil – aprisionamento do navio Marquês de Olinda e posterior invasão da Província de Mato Grosso.

Em seu trabalho, Guimarães coloca em segundo plano a questão uruguaia – intervenção brasileira e argentina para derrubar o governo *blanco* (aliado de López) estabelecido naquela república. A ênfase é dada à discussão de limites entre os dois países (Paraguai e Brasil). Este é um ponto comum entre os vários autores que buscam nos documentos diplomáticos a justificação da Guerra do Paraguai.

Com relação às preocupações de López com o que acontecia no Uruguai, o autor escreve: "Que tinha López a ver com isso? Existiria, porventura, algum acordo, tratado, com o Uruguai, que o levasse assim proceder? Não!" (p. 127-128).

Ao tomar tal posição, o autor parece negar a situação relativa à busca de soberania paraguaia frente às duas nações intencionalmente expansionistas (Brasil e Argentina) que, desde a conquista da independência pela República do Paraguai, permeava todas as decisões de seus governantes. A intervenção no Uruguai, além de colocar em cheque a soberania do Paraguai, interferia na correlação de forças da região².

Quanto à continuidade da Guerra até 1870: "teve Pedro II razão bastante para levar seus exércitos até onde foi, em Cerro Corá, ao encaço de López, vivo ou morto" (p. 177).

Dessa forma, se aproxima da visão de Nabuco, que afirma:

... o fato é que os chefes, os homens excepcionais, que chegam a absorver em sua pessoa as forças, a alma, a vontade de uma nação inteira ou por uma poderosa sugestão ou pela tirania, e ambas essas coerções López exerceu sobre o Paraguai, não podem ser senão depositos ou banidos: nenhum outro papel seria compatível com eles, com a vida deles (COSTA, 1995: 27).

Guimarães (2001) conclui seu livro citando o escritor inglês Pelhan Horton Box:

Por esta razão provavelmente falamos tão miúdo que a Guerra do Paraguai, 1864-1870 – aquela grande explosão política da história latino-americana – é contemplada à luz da personalidade e das aberrações de um só homem. Descreve-se Francisco Solano López como desafiando de morte ao Brasil, Argentina e Uruguai, que se uniram em legítima defesa contra o demente que, à semelhança do velho da montanha (Hasan-i-Sabah, que fazia do assassinio sua arma para reinar), aterrorizava o seu próprio povo até reduzi-lo a uma submissão abjeta.³

² Existia na época uma aproximação entre a Argentina de Mitre, o Império brasileiro e os "colorados" de Flores no Uruguai. Do outro lado, existia uma aliança entre o Paraguai, os "blancos" do Uruguai e os argentinos federalistas das províncias de Entre Rios e Corrientes – sobretudo o caudilho Urquiza, compadre de Solano López.

³ BOX, Pelhan Horton. *Orígenes de la Guerra de Paraguay Contra la Tríplice Alianza (1927)* – tradução. Assunção: Le Lector, 1996. Citado por Guimarães, 2001, p. 177.

A versão revisionista

O autor Júlio José Chiavenatto (1983), que será utilizado como exemplo desta vertente, segue os passos de uma revisão historiográfica proposta, entre outros, pelo argentino Leon Pomer. A escolha deve-se à importância de sua obra no Brasil, incluindo aspectos econômicos nunca antes abordados.

Em sua análise, Chiavenatto defende a idéia de que o Paraguai foi destruído de forma premeditada devido ao fato de ter tornado-se um mau exemplo para as economias periféricas do capitalismo que se desenvolvia, capitaneado pelo imperialismo inglês que detinha o poder sobre os aliados a partir de uma política de cruel dominação econômica, baseada não mais, como antes, no poder de sua marinha de guerra, mas na corrupção e venalidade das elites que sustentavam no poder, nos países subordinados.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico e social autônomo, vivido pelo Paraguai desde Francia, retirava esta República das garras da exploração inglesa e desestabilizava o “*status quo*” tão necessário para a continuidade do expansionismo industrial e comercial da Inglaterra.

O autor aborda as pretensões anexionistas do Brasil sobre o Paraguai e Uruguai que remontavam ao período colonial, seguindo intenções inglesas, caracterizando Mauá como “interventor oficial” do Império no Uruguai, apoiando os “*colorados*”.

Quanto ao estopim da guerra:

Dentro de todo esse quadro político e econômico, evoluindo paralelamente a conflitos inconciliáveis entre caudilhos ‘blancos’ e ‘colorados’ no Uruguai, com alguns grupos liderados por bárbaros como Venâncio Flores, a ‘Missão Saraiva’ começa a agir –o resultado é a submissão do Uruguai, passo inicial da guerra do Paraguai, quando Francisco Solano López, para a segurança da República que preside, decide cumprir o tratado de 1850. (CHIAVENATTO, 1983: 93)

Com relação ao Tratado da Tríplice Aliança, o autor dispara:

A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865 é uma farsa. Um ano antes ele já estava pronto, esperando apenas que os representantes do imperialismo inglês o assinassem, assim que chegasse a hora da guerra (CHIAVENATTO, p. 103).

Assim, Chiavenatto refere-se aos episódios da guerra como demonstração da crueldade criminosa da atuação da Tríplice Aliança, sob ordens inglesas, que destruiu um povo, uma nação em armas, que lutou até o fim, quando não restava viva mais de 24,25% da população, em sua maioria mulheres, visto que 96,5% dos homens foram mortos, destruindo, junto com o Paraguai, a possibilidade de, naquele momento, estabelecer-se uma nação realmente livre na América Latina.

A versão mediadora

Uma terceira visão, mais recente do que as demais, tem estado presente na produção historiográfica brasileira sobre o conflito em questão. Segundo tal visão, o Paraguai não se constituía como um exemplo de modernidade econômica e social às vésperas da Guerra como querem os revisionistas (COSTA, 1995: 41).

As causas do conflito estariam, principalmente, no desenvolvimento dos Estados Nacionais da região e suas necessidades de auto-afirmação, ou, nas contradições expressas na região pelo surgimento de “um exército de conscrição universal coeso em torno de seu líder” (COSTA, 1995: 41), como aquele surgido no Paraguai.

Bóris Fausto, defensor dessa vertente, a descreve da seguinte forma:

Nos últimos anos, a partir de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, surgiu uma nova explicação. Não se trata da última palavra no campo da História, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos. Ela concentra sua atenção nas relações entre os países envolvidos no conflito. Tem a vantagem de procurar entender cada um desses países a partir de sua fisionomia própria, sem negar a grande influência do capital inglês na região. Chama a atenção, assim, para o processo de formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente (FAUSTO, 1998: 209).

Importante notar que em suas abordagens, tais autores focalizam principalmente, as implicações da guerra na sociedade brasileira, procurando, insistentemente, minimizar as contundentes revisões históricas propostas nas obras de autores como Pomer e Chiavenatto.

Ricardo Salles nega a influência britânica para a deflagração da guerra. Considera que o Paraguai não possuía grande importância econômica na região. Além disso, afirma:

A total submissão do Paraguai e uma presença brasileira vitoriosa e militarmente forte no Prata, entretanto, não corresponderiam aos anseios britânicos. Tampouco interessava à Inglaterra que a Argentina, ainda que sob a liderança livre-cambista de Mitre, realizasse seu objetivo, perseguido desde a independência, de anexar total ou parcialmente o território paraguaio (SALLES, 1990: 36).

Este novo olhar preocupa-se em analisar mais profundamente os aspectos culturais e sociais em jogo. Temos um conjunto de temas, até então esquecidos ou colocados em segundo plano, sendo abordados por diferentes autores. Como exemplo, tem-se o estudo sobre os escravos na guerra, feito por Ricardo Salles e as questões relativas à constituição da identidade política do exército, abordadas por Wilma Costa.

Ricardo Salles trata o processo histórico da Guerra do Paraguai como o momento de apogeu do Império e início de seu declínio:

O final da guerra do Paraguai coincide com o começo dos anos 70, a partir dos quais se inicia todo um processo de transformações econômicas, sociais e políticas que vão culminar na queda do Império. Entretanto, em determinado sentido, a guerra do Paraguai é justamente o último grande acontecimento do período anterior, de apogeu do Império (SALLES, 1990: 39).

Ainda o mesmo autor: “O poder central, que já anteriormente tinha uma presença marcante na vida nacional, fortaleceu-se ainda mais como elemento capaz de captar, organizar e empregar recursos humanos e materiais necessários à condução da guerra” (p.10).

Para Salles, esse processo é motivador da superação do regime imperial brasileiro, visto que as contradições da sociedade foram levadas para dentro de uma instituição –o Exército– que passou a ser uma espécie de porta-voz dos anseios políticos de uma parcela até então excluída do poder –a classe média.

Isso aproxima o autor da visão de Wilma Costa, que conclui:

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai tornou-se, assim, o fulcro de questões que iriam desdobrar-se nas décadas seguintes. Para os militares, ela revelava as raízes da fragilidade do Estado imperial e fazia passar a sobrevivência e desenvolvimento da força profissional pela transformação do Estado (COSTA, 1995: 47).

Sobre as histórias que contam

O desafio que esta obra procura vencer é o de responder às questões polêmicas referentes ao processo histórico no qual estão envolvidos os Estados Nacionais beligerantes, os quais encontram-se em etapas distintas de desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Para isso, busca superar algumas divergências historiográficas presentes na análise deste tema –e não só deste– que poderiam –e podem– ser superadas através de um diálogo, no qual, o preconceito seja colocado em segundo plano (até porque, no mais das vezes, só serve para a delimitação de espaços no meio acadêmico).

Entre essas questões encontram-se: as reais motivações do conflito; o papel do imperialismo inglês; as conseqüências da guerra para as nações envolvidas e a estruturação social, política e econômica do Paraguai antes da Guerra.

Sendo assim, considera-se que uma análise mais aprofundada sobre o assunto, se torna possível a partir do posicionamento contundente de revisionistas como Leon Pomer e Júlio José Chiavenatto.

Até então, as simplificações realizadas pela “História Oficial”, devido à absorção da propaganda ideológica de guerra ⁴, permitiam graves erros, como o de André Rebouças: “Os Paraguaiois não têm Engenheiros nem material de sapa; suas fortificações são sempre o que há de mais imperfeito e primitivo neste gênero” (Rebouças, p.170), o que é desmentido pelo próprio Caxias, em despacho ao Imperador, datado de 18 de novembro de 1867 (In CHIAVENATTO, 1983: 188-205).

Tais enfoques apaixonados e nacionalistas, presentes nas obras, justificavam, simplesmente como uma ação “civilizatória”, a intervenção imperial no Uruguai e a guerra contra o Paraguai, como fora a atuação contra Rosas na Argentina, em 1852. Em tais explicações não se leva em conta que, no caso do Paraguai, quase não existiam analfabetos em pleno século XIX, o que contrastava com a situação das demais nações envolvidas (no caso do Brasil, convivia-se, ainda, com a escravidão).

⁴ Sem dúvida, para manter uma guerra onde o objetivo torna-se a eliminação física de um líder, a propaganda teria de ser utilizada no sentido de satanizar os adversários.

O grande mérito de Pomer e Chiavenatto foi o de inserir na discussão os aspectos econômicos que envolviam o conflito, retirando da esfera particular, das personalidades, o debate sobre o tema. A crítica à “História Oficial” foi contundente. Os revisionistas procuraram atacar pontos considerados tabus –como o heroísmo dos oficiais e o nacionalismo dos Voluntários da Pátria.

Não poderia ser diferente. Sem dúvida, a poeira estagnada sobre a estante não seria removida através de um simples assopro. Deve-se entender que a produção historiográfica deve ser contextualizada, pois sofre influência do seu tempo. Considera-se que a ausência de uma abrangência maior na abordagem revisionista é consequência da proposta da revisão. O que seus autores queriam era a abertura de uma discussão sobre o papel do imperialismo inglês –questão econômica– no processo, em um momento de desenvolvimento do capitalismo no qual enormes transformações ocorriam criando-se novas formas de dominação colonial⁵.

Importante salientar que a visão revisionista se expressa em um momento no qual a esquerda latino-americana, em seu processo histórico de luta, buscava denunciar o imperialismo – agora norte-americano– com vistas ao seu enfrentamento e superação. As novas abordagens, chamadas neste trabalho de “mediadoras”⁶, buscam desenvolver análises sobre questões até então deixadas de lado ou abordadas de forma muito superficial. Este é o seu principal mérito.

O que se pode considerar um problema, é a busca de negação do revisionismo presente nessas obras. Existem, sim, divergências –algumas defendidas por meio retórico, facilmente desconstituídas– em relação aos revisionistas. Estas são resultado do olhar do pesquisador. Sem dúvida, partem de visões de mundo⁷ diferenciadas, que justificam opções de fontes e abordagens. Contudo, no que se refere aos novos assuntos pesquisados, as divergências são pontuais, não chegando a provocar antagonismos que tornem impeditiva uma aproximação.

O caráter mediador de determinadas obras é resultado, por um lado, de uma “contra-ofensiva” conservadora, que busca construir uma “Nova História Oficial” menos vergonhosa para a nação e, por outro, de divergências acadêmicas entre autores liga-

dos à Nova História Cultural e autores marxistas⁸.

Estes enfrentamentos, tão comuns, são resultantes de preconceitos alimentados por rotulações simplificadoras do marxismo, a partir das vulgarizações decorrentes da sua utilização ideológica pelos Estados burocratizados do dito “bloco socialista” durante o período da “Guerra Fria”.

Portanto, serão incorporados novos elementos, recente-mente pesquisados, à visão histórica desenvolvida nas décadas de 50 e 60 do século passado. Tal posicionamento não deriva de uma simples escolha, mas sim, de uma busca de coerência na análise dos dados apresentados nas várias obras bibliográficas a partir de uma visão de mundo que faz perceber no dia-a-dia de nossas vidas, os efeitos da dominação capitalista.

A Guerra do Paraguai

Um breve histórico sobre o Paraguai

O Paraguai, no período colonial, fazia parte do Vice-Reino do Rio da Prata, juntamente com a atual Bolívia, Argentina e o Uruguai –este em constante disputa entre portugueses (Província Cisplatina) e espanhóis. O seu povo era formado, predominantemente, por indígenas de tribos guaranis. Na região existiam inúmeras missões jesuíticas, fato que marcará significativamente sua organização social, econômica, política e cultural.

Conquista a sua independência em 14 de maio de 1811, enquanto Napoleão varria a Europa, combatendo as monarquias absolutistas do “velho continente”, a exemplo do que acontecia com os demais países de dominação espanhola na região.

Os principais produtos da economia paraguaia eram a produção de fumo e de erva-mate para exportação, além de outros produtos agro-pastoris. Estabelece-se como uma nação indepen-

⁵ O capitalismo caminha para a sua fase imperialista. Sobre o assunto ver HOBBSAWM, Eric J.. *A Era dos Impérios*.

⁶ Tal nomenclatura é usada por considerar que seus autores buscam fazer uma mediação. As importantes contribuições dessas obras serão incorporadas por este trabalho, porém com objetivos diferentes.

⁷ Sobre visão de mundo, ver LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma Análise Marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

⁸ De qualquer forma, esta tendência visa, também, “restaurar” uma História mais aceitável –do ponto de vista moral– pelas nações ditas vencedoras.

dente por seus habitantes não aceitarem a dominação portenha –o que é contestado na própria Argentina, na luta entre unitários e federalistas.

Resultado dos atritos com os portenhos, o Paraguai tem cortada a sua comunicação fluvial com o Oceano Atlântico, realizada através do Rio da Prata, sendo impedido de realizar trocas comerciais de maior volume com outras nações, a não ser quando assim permitiam os comerciantes de Buenos Aires, quando da escassez de erva-mate e fumo no seu mercado interno.

No campo político, o país, no período posterior à independência, é governado por Gaspar Garcia Francia que, na luta pela independência, comandara a resistência à pretensão de anexação portenha. Ele adquiriu, mais tarde o título de “Ditador Perpétuo” do Paraguai.

Francia, através de uma forte repressão política, termina com todo o poder econômico e político das elites do período colonial.

Francia não deixa por menos: extermina literalmente, o próprio poder econômico. Decreta, poderia se dizer, a pobreza como norma de vida dos paraguaios. Fica proibida, pela prática que El Supremo determina à nação, a riqueza. Os espanhóis e espanholistas, herdeiros dos privilégios da coroa, são perseguidos até o extermínio. Nos cárceres, não existem pobres: são os ricos, a chamada ‘classe esclarecida’, que poderiam voltar-se contra Francia, que estão presos (CHIAVENATTO, 1983: 16).

Ricardo Salles procura rebater tal versão, dizendo que:

O que sucedeu no Paraguai é que a ausência de uma classe de grandes proprietários forte, a expulsão dos jesuítas e o processo de independência criaram um vazio em termos de classe social que pudesse levar a cabo o processo de independência, se compararmos com o restante do processo de independência da América hispano-portuguesa (SALLES, 1990: 28).

A seguir, diz que: “A elite esclarecida que encabeçou o processo de Independência o fez em seu próprio nome, em seu próprio proveito, tomando conta do aparelho estatal como de uma propriedade privada” (SALLES, 1990: 29). Existe aí uma contradição flagrante: Quem seria a “elite esclarecida” senão uma classe social? Por que meios teria conseguido o seu “esclarecimento” senão por sua posição social?

Como se não bastasse, escreve o autor: “O extermínio dos crioulos, menos que ação de defesa das comunidades populares, foi o resultado da luta de facções em disputa pelo aparelho do Estado” (SALLES, 1990: 29). Acontece que em todos os países formados do desmembramento da América espanhola, a elite crioula é considerada a classe social que promoveu o processo de independência, contudo, para Salles, a elite crioula, responsável pela independência, não é uma classe social (?) e é eliminada por uma luta intra-classe (?).

Na verdade, verifica-se no Paraguai, em meio ao processo de independência, a derrubada do poder de uma classe social –formada pela elite crioula e a cúpula da Igreja proprietária–desenvolvida em circunstâncias históricas peculiares da região, sob a liderança de Francia. Este processo revolucionário diferenciara o Paraguai da época dos demais países do Sul da América.

Com o isolamento imposto ao país, a República adquire um modelo autônomo de desenvolvimento, controlado pelo Estado, visto a inexistência de uma classe social que dirija o processo.

O povo, culturalmente “domesticado” desde os tempos das missões jesuíticas, acostumado com um modelo de dominação patriarcal, aceitaria a substituição da Igreja pelo Estado. Para realizar tal intento, o governo Francia força a Igreja paraguaia a se desligar de Roma, toma suas terras e institui a liberdade de crença. Além das terras da Igreja, o Estado “adquire terras” por meio da expropriação dos antigos donos e da compra por valores baixos. Na nova estrutura fundiária cria-se a figura do arrendatário, que pagava valores irrisórios para utilizar as terras do governo e as “Estâncias da Pátria”, nas quais o modelo de produção era comunal.

Quanto à educação:

Francia tem uma visão mais ampla que os governantes do Plata e do Império d Brasil: ao seu tempo o ensino adquire uma força extraordinária. Ao final do seu governo já não há analfabetos no país (CHIAVENATTO, 1983: 21).

Com Francia, desenvolve-se um sentimento nacionalista precoce, como resultado e resposta ao embargo comercial promovido pelos portenhos, que mantém com Rosas –governante da Argentina até 1852– intenções de anexar o Uruguai e o Paraguai.

A revolução promovida por Francia, com o apoio da maioria da população –os opositores haviam sido eliminados, estavam calados ou, no exílio– não passaria impune: advém daí a rotulação de bárbaros atribuída aos habitantes do Paraguai. Afinal, como seria qualificada, na época, a expropriação das elites e da Igreja de Roma.

Com a morte de Francia, em 1840, assume o poder Carlos Antônio López. Este era um dos poucos ricos que haviam sobrevivido à ditadura de El Supremo, refugiando-se no interior.

Pimenta Bueno, representante do Imperador para o reconhecimento da independência paraguaia, em 14 de setembro de 1844, ficando em Assunção até o início de 1846, escreve sobre o Paraguai em citação feita por Guimarães:

Governo verdadeiramente déspota, tirânico e algumas vezes cruel, sempre caprichoso (...) não podia mesmo gerar indústria alguma. Ele fez guerra sistemática e moral à inteligência e riqueza: nada criou, tudo destruiu e deixou a República em estado verdadeiramente miserável. Com mais vinte anos extingiria a linguagem espanhola, que ficou igualmente substituída pelo idioma guarani, único que fala mais de dois terços da população! Algum caminheiro tem ensinado a refinar açúcar: agora é que começa a refinar farinha de mandioca (...) A iluminação que fiz levantar ao tempo do reconhecimento da independência, à maneira do Brasil, causou grande admiração.⁹

Observe-se que esta é a visão de um diplomata brasileiro em missão de paz – reconhecimento da independência paraguaia– sobre uma nação amiga, visto que naquela época o Brasil tinha o Paraguai como aliado contra Rosas da Argentina, inclusive fornecendo material bélico para a nação vizinha.

Verifica-se a preocupação brasileira com o resultado da experiência paraguaia. O governo “caprichoso” havia aniquilado o poder das elites de origem européia –classe que era representada pela monarquia brasileira– destruindo a cultura de ostentação, deixando “a República em estado miserável” (contudo muito melhor do que o Brasil das senzalas e do analfabetismo).

Refere-se às opções culturais, como a preferência pela linguagem guarani, como uma atitude barbarizante. Finalmente, afirma o caráter civilizatório decorrente do contato dos paraguaios com a iluminação, “à maneira do Brasil”, preparada para os festejos do reconhecimento da independência. Percebe-se o caráter classista que impulsionará as elites “coloradas”, portenhas e brasileiras a desenvolver, duas décadas mais tarde, a guerra contra o Paraguai.

Carlos López irá modernizar o país. Para isso, busca técnicos da Europa para desenvolver uma indústria nacional. Sem necessitar do capital inglês, graças à concentração do comércio e das exportações nas mãos do Estado –apesar das altas taxas alfandegárias cobradas por Buenos Aires– Carlos López investirá na indústria de base (cria a Fundição Ibicuí em 1845) e na estrutura do país, construindo ferrovias.

Era exatamente para essa área que a Inglaterra procurava canalizar seus investimentos nos vários países que buscavam o desenvolvimento. Isso em um momento no qual várias nações passavam a desenvolver parques industriais que permitiam uma competição com os produtos da indústria inglesa, fazendo com que seus interesses fossem colocados em risco.

Devido à preocupação constante com Rosas, o Paraguai investe pesadamente na construção de uma estrutura militar, fabricando seus próprios navios e armas. Este militarismo é utilizado como argumento, por autores da “História Oficial” brasileira, para a caracterização de Solano López como um líder com pretensões expansionistas que pretendia a formação do Grande Paraguai. Contudo, deixam de verificar que tal atitude existe desde Carlos López –normalmente considerado mais prudente e responsável por tais pesquisadores, com a ajuda brasileira, o que se justifica pelas constantes ameaças sofridas pelo Paraguai, no que se refere à sua soberania territorial.

*O pai Carlos Lopez, não queria a guerra. E foi este o conselho ao filho, seu substituto ao expirar (...) Porém, a fatalidade! Falece em **setembro de 1862**, o probo presidente Carlos Antônio. Sobe ao poder o filho Francisco Solano. As coisas mudariam (GUIMARÃES, 2001: 112).*

Por não estar o governo submetido aos interesses de uma classe social, eliminava-se a exploração parasitária do Estado por meio da corrupção (CHIAVENATTO, 1983: 33).

López prepararia o seu sucessor, enviando o seu filho, Francisco Solano, à Europa para estudar, procurando romper o isolamento do país. Enviaria, também, outros jovens, buscando romper com a necessidade de importar técnicos e engenheiros. Era um planejamento que visava a conquista da soberania nacional plena. O fato dos paraguaios saberem ler e escrever será utilizado pelo Estado para manter o seu controle social. Conforme Guimarães (2001), o governo censurava a entrada de publicações estrangeiras no país. Existia um jornal oficial, através do qual fazia a comunicação com o povo. O regime possuía, assim, um forte aparato ideológico –controle da Igreja e dos meios de comunicação– que será utilizado durante a guerra. Publicações como os jornais

⁹ BUENO, Pimenta, citado por GUIMARÃES, 2001, p. 40.

Cabichui e *Cacique Lambare* (escrito em guarani) serão distribuídos entre os soldados para elevar o moral das tropas.

O Paraguai possuía um governo paternalista, herdado de Francia a partir da cultura jesuítica. Constituíam-se de um pequeno grupo¹⁰ que não chegava a constituir-se como classe e que vinha a ser a única elite do país.

Em 1862, assume a presidência Francisco Solano López, homem impetuoso, nascido e criado sob o nacionalismo paraguaio, militar de carreira meteórica –graças ao parentesco e à falta de uma classe dirigente– tornado general aos 18 anos de um exército com alguns traços modernos, no que se refere ao universalismo e coesão (COSTA, p.41).

Neste momento, encontra-se em pleno desenvolvimento o processo histórico que levará à deflagração do conflito.

Considerações sobre os aliados

Os países aliados encontram-se em situações bastante diferenciadas no momento anterior ao conflito.

A Argentina vive, ainda, a instabilidade política decorrente da imposição da autoridade de Buenos Aires sobre o resto da nação. A classe dominante portenha, formada por comerciantes burgueses vinculados aos ingleses, não possuía os mesmos interesses que os caudilhos do campo que, por sua vez, defendiam a descentralização do poder, através da causa federalista. A burguesia portenha mantinha toda a riqueza da nação em Buenos Aires, cobrando altas taxas alfandegárias para a utilização do porto.

Mitre, o presidente eleito após a unificação conseguida em 1859, representava os interesses dos grandes comerciantes da capital e era visto com bons olhos pelo Império do Brasil – que havia ajudado Urquiza a derrubar Rosas em 1852, porém sem confiar no caudilho de Entre-Rios.

O Uruguai havia se tornado um estado tampão entre a Argentina e o Brasil, graças à diplomacia inglesa no acordo de paz assinado em 1828 entre as duas nações. Sempre sofreu as pretensões anexionistas argentinas e o intervencionismo político do Brasil, visto que grandes eram os interesses econômicos dos caudilhos gaúchos na vizinha República –por possuírem terras naquele país e por ser o Uruguai um concorrente nos mercados de couro e charque.

Era governado por um governo constitucionalmente eleito, vinculado ao partido “blanco”. A bipolarização política entre “blancos e “colorados” refletia um conflito intraclasse dos proprietários de terras. Os “colorados” tinham o apoio de Argentina e Brasil, que preocupavam-se com o autonomismo “blanco” que aliava-se ao Paraguai.

No que diz respeito ao Uruguai, houve sempre uma política de influência brasileira no país. Os gaúchos tinham interesses econômicos no Uruguai, como criadores de gado, e viam com maus olhos medidas de repressão ao contrabando na fronteira. O Brasil colocou-se ao lado dos colorados, cuja linha política se aproximava de seus interesses. O governo imperial chegou mesmo a um acordo secreto com os colorados, adversários de Rosas, pelo qual se comprometeu a lhes fornecer uma contribuição mensal em dinheiro. O Barão de Mauá, que era gaúcho e tinha um banco no Uruguai, foi intermediário do acerto (FAUSTO, 1998: 211).

Não se deve esquecer que os rebeldes “colorados” eram comandados pelo General Flores, parceiro do Império na derrubada de Rosas em 1852.

O Império do Brasil vivia, naquele momento, o seu auge (SALLES, 1990), conseguindo conciliar –vencidas as rebeliões regionais– os interesses de sua classe dominante, antes dividida entre o Partido Português e o Partido Brasileiro e, agora, dividida entre conservadores e liberais, ambos fazendo parte de uma verdadeira ciranda de gabinetes ministeriais.

... a belicosidade da monarquia entre repúblicas era endêmica e fazia depender a segurança do Império da reiterada negação às nações vizinhas do mesmo direito que defendia furiosamente para si próprio... (COSTA, 1995: 39)

Afinal, o Império pretendia ser o fiel depositário da cultura europeia na América Latina, em um tempo em que a idéia de progresso (ciência) e civilização possuía enorme peso ideológico.

As razões da guerra e os documentos oficiais

¹⁰ Formado por familiares e pessoas de extrema confiança de Carlos López, visto que à época de Francia, nem um pequeno grupo parece ter existido.

As razões do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai são um ponto de extrema polêmica na historiografia. Muitos autores, da “História Oficial” e alguns mediadores, utilizam vasta documentação oficial para justificar seus argumentos e proposições.

A humanidade não precisaria viver a experiência da propaganda nazista de Goebbels para saber que “o papel aceita tudo. Ou, sem dúvida, “nem tudo está no papel”. Sobretudo em um período anterior a uma guerra –principalmente um guerra que dizimou uma população inteira– os documentos oficiais não são isentos. São cúmplices de seus feitos. Devem, sim, ser utilizados, contextualizados e analisados. Contudo, despachos secretos, como o de Caxias ao Imperador, são muito mais valiosos como prova do que documentos diplomáticos feitos para a guerra. Isso posto, justifica-se a análise do conflito presente neste trabalho.

Elites como marionetes

Ao imperialismo inglês não interessava a presença de projetos autonomistas na sua área de dominação econômica. Os britânicos tinham ligações com os comerciantes de Buenos Aires e financiavam, através do Banco Rotschild, os investimentos do Barão de Mauá para a modernização do Império. De forma sutil, a Inglaterra interferiu, utilizando-se das disputas regionais e da prepotência do Império do Brasil, para criar uma rede de intrigas que desencadearia na guerra contra o Paraguai.

Os desentendimentos entre Brasil e Inglaterra na questão Christie, utilizados por alguns autores que buscam desvincular o imperialismo britânico do ocorrido, nada mais foi do que uma dissimulação brasileira para permitir uma sobrevida para a escravidão, que interessava a maioria das elites brasileiras. Jamais foi da importância histórica que tais autores pretendem imputar. Com a proximidade do conflito, as relações diplomáticas foram restabelecidas.

Sobre o equilíbrio do Prata

Existem dois blocos em oposição na região platina, no período anterior ao conflito. Um é formado pelos comerciantes portenhos –dos quais Mitre é o representante no governo da Argentina, pelos “colorados” do Uruguai e pelo Brasil. Outro grupo é formado pelo Paraguai, pelos federalistas argentinos –principalmente das Províncias de Entre-Rios (do General Urquiza) e Corrientes e pelos “blancos” do Uruguai.

O primeiro grupo atende quase inteiramente aos interesses ingleses na região –com exceção da manutenção da escravidão no Brasil. Já o segundo grupo reúne-se muito em função das disputas regionais, tendo o Paraguai como único integrante que não representa os interesses de uma classe social constituída e dirigente.

Solano López começa a guerra quando verifica o cerco feito contra sua nação, com a intervenção militar brasileira no Uruguai, derrubando o governo “blanco”. O isolamento paraguaio, agravado pela compra do General Urquiza pelo Império, colocaria este país como a “bola da vez”.

Sobre a compra de Urquiza, temos o relato de Magalhães na sua biografia sobre o General Osório:

... continuando a parecer evidente que algo havia de combinado entre ele (Urquiza) e López, Osório apela para outros recursos e abre-lhe a porta à cobiça, seu grande vício, que não desconhece, propondo-lhe se fizesse fornecedor de certos recursos de que o exército carecia – notadamente cavalos e bois (...) Daí em diante, desde que as possibilidades de lucros se tornam evidentes, não há mais perigo... (MAGALHÃES, 1978: 107)

Ainda antes, na política de cerco ao Paraguai, Urquiza já havia recebido dinheiro do enviado do Império, Barão de Mauá. Isto aconteceu em um momento em que Mitre e Urquiza estavam a beira de um confronto:

Em face dos acontecimentos, o Barão de Mauá resolveu ver e ouvir pessoalmente à Urquiza, pedindo-lhe paz em outubro. Que viu Mauá? Viu uma província quase à falência – dívidas e mais dívidas. Resolve Mauá conceder um empréstimo a Entre Rios, de Urquiza e, segundo constou, algo mais para os negócios particulares do general (...) Tudo se aplainou e as queixas de Urquiza desapareceram! (GUIMARÃES, 2001: 126-127)

Tudo isso é creditado, por Guimarães, à benevolência de Mauá, negando-se a verificar a sua ligação com os Rotschild e a política de guerra estabelecida pela diplomacia brasileira contra o Paraguai.

O próprio Guimarães escreve sobre o posicionamento de Solano López, quando procurado por Urquiza, antes de se bandear para o lado do Império:

O general Lopez, sabedor da proposta de Urquiza que, em última análise era desagregar a Argentina, transformando-a em duas, sendo uma de Urquiza, outra de Mitre, como antes fora, não gostou da idéia, de vez que fora ele, em 1859, o promotor da paz, motivo de união das duas Argentinas (GUIMARÃES, 2001: 123).

Portanto, verifica-se que López não era um defensor da guerra, como querem os autores da história oficial ou os mediadores-restauradores. Foram as circunstâncias que o levaram a atacar antes de ser atacado. A arena estava montada e as elites devidamente alinhadas –com exceção dos “blancos” uruguaios, porque já haviam sido derrotados– para enfrentar seus inimigos: o povo guarani que vivia no Paraguai.

Como observa Chiavenatto (1983), a ausência de uma classe dirigente paraguaia, levou o país a uma ingenuidade crônica na formulação de sua política externa. Não foram capazes, os poucos burocratas de Estado, de fazerem a leitura correta da situação que se criava. Os López apostavam em suas tênues alianças, baseadas em disputas regionais. Enquanto isso, do outro lado, havia fortes interesses econômicos e a esperteza dos ingleses em manipular as elites que eles mantinham no poder na Argentina e no Brasil.

Os britânicos eram tão astutos que não permitiam que as coisas fugissem ao seu controle. Quando Flores vence no Uruguai, pretende a anexação da República à Argentina, o que não consegue. Ao final da guerra, pretende a Argentina ocupar toda a região do *chaco* paraguaio, o que não estava combinado, não tendo êxito devido à intervenção brasileira.

Para conseguir seu intento, os ingleses chegaram até a dar publicidade ao acordo secreto da Tríplice Aliança, acertado um ano antes do conflito –fato que Salles utiliza como argumento para afirmar que a Inglaterra não teria interesse na Guerra (SALLES, p.36) –o que motivou protestos da comunidade internacional e uma contenção da ganância dos aliados.

Chiavenatto enumera os objetivos ingleses alcançados com a premeditada Guerra do Paraguai:

Seria cumprido um destino historicamente delineado: a) destruir o Paraguai porque era um país progressista com uma economia autônoma; b) garantir o equilíbrio econômico no Plata, defendido pelos representantes do imperialismo inglês; c) salvar o Império brasileiro e as províncias argentinas da desagregação, para que o domínio britânico não sofresse solução de continuidade; d) satisfazer os desejos expansionistas do Brasil e Buenos Aires; e) estabilizar finalmente a situação na bacia do Plata, sedimentando um estado tampão entre o Brasil e a Argentina (CHIAVENATTO, 1983: 37-38).

Alguns aspectos do conflito

Os trabalhos desenvolvidos nos últimos tempos têm servido para melhorar a compreensão histórica sobre aspectos pontuais da Guerra do Paraguai.

Como exemplo, tem-se a contribuição de Ricardo Salles que permite rever a simplificação realizada na obra de Chiavenatto, a respeito da participação dos escravos no conflito. Chiavenatto confundia negros com escravos, em um período no qual já era grande o número de libertos. Sem dúvida a participação da etnia negra e dos mestiços em nosso exército era predominante, visto a segregação racial imposta e a forma forçada de recrutamento. Contudo, não eram os combatentes, em sua maioria, escravos.

Outro aspecto importante, desenvolvido por Chiavenatto e confirmado por Magalhães, foi a negação dos habitantes de Entre Rios e Corrientes em seguir o seu líder, general Urquiza, contra o Paraguai.

Urquiza, aliás, recebia cartas de seus companheiros repudiando a aliança com o Império do Brasil. Como a que lhe escreveu López Jordan, negando-se a atender seu pedido de lutar contra o Paraguai: ‘Você nos chama para combater ao Paraguai, Nunca, general. Esse povo é nosso amigo. Chame-nos para lutar contra os portenhos e brasileiros. Estamos prontos. Esses são nossos inimigos. Ouvimos ainda os canhões de Paissandu. Estou seguro do verdadeiro sentimento do povo de Entre Rios (CHIAVENATTO, 1983: 123).

A impopularidade da guerra na Argentina fará com que o exército daquela República, aos poucos, se retire da luta, para cuidar de suas disputas internas, deixando a caçada aos guaranis a cargo do Brasil. Quanto ao Uruguai, nunca chegou a mobilizar grande contingente para o conflito.

Caxias e Mitre chegam, até mesmo, a utilizar a guerra bacteriológica contra a oposição Argentina:

O General Mitre está resignado plenamente e sem reservas às minhas ordens; ele faz tudo quando lhe indico, como tem estado muito de acordo comigo, em tudo, até a que os cadáveres coléricos sejam jogados

*desde a esquadra como de Itapiru às águas do Paraná, para levar o contágio às populações ribeirinhas, principal-mente às de Corrientes, Entre-Rios e Santa Fé, que lhe são opostas.*¹¹

Neste mesmo despacho, Caxias pede demissão do posto de comandante do Exército brasileiro no conflito, de um lado por temer uma derrota interna de Mitre na Argentina e uma aliança interna-cional contra o Brasil, e, por outro lado, por não querer continuar uma guerra que já considerava injusta.

O Conde d'Eu seguirá com a guerra de extermínio que ao final deixará a verganhosa marca do genocídio praticado contra um povo que não se rendeu.

O esforço de guerra da sociedade brasileira, necessário para vencer o Paraguai, exigira um potencial de mobilização acima das capacidades aglutinadoras do Império. Criou-se uma Instituição a qual o Estado brasileiro, com suas contradições, não conseguiria administrar.

Segundo Wilma Costa:

A contradição orgânica do Estado Imperial (...) é a de ser um Estado que não pode desenvolver adequadamente forças armadas profissionais para defender seus interesses últimos e, ao mesmo tempo, estar fadado a uma belicosidade crônica, isto é, só pode existir como Império (COSTA, 1995: 39).

É acertada a visão de Ricardo Salles no que se refere ao papel que o Exército passa a ter, ou seja, de canalizar parte das contradições da sociedade imperial-escravista, que, após o conflito, terá os seus dias contados. Não tardará o período da República dos Marechais¹².

Conclusão

A História tem sido utilizada para vários fins. Quanto ao processo histórico original e originário da Guerra do Paraguai, verificamos como os interesses conflitantes de autores, permitem diferentes visões sobre o assunto.

A abordagem do tema permite analisar o papel do historiador frente às provas e às evidências, chegando-se à conclusão que a pesquisa é uma atitude mais ou menos sincera perante os fatos.

Verifica-se, ainda, a dificuldade de discussão de um problema tão polêmico, revestido de tantos “tabus” que envolvem a idéia de “honra nacional”. Importante destacar as últimas tentativas de salvá-la, desenvolvida por uma corrente mediadora, que busca restaurar uma dignidade para o belicismo.

Sem dúvida, as conseqüências do conflito em questão são sentidas até os dias de hoje em todos os países envolvidos. É claro que em proporções diferentes –o Paraguai foi totalmente destruído e o que sobrou foi loteado, seja entre os Estados “ditos vencedores” (anexações), seja pelos capitalistas espoliadores europeus, porte-nhos e brasileiros.

Sobretudo para o Brasil, sobram as dívidas junto aos bancos ingleses que financiaram a carnificina. Aumentou a submissão econômica, política, social e cultural dos povos das na-ções “vencedoras”, que perdura até agora, momento de recrudescimento do modelo imperialista, comandados pelos EUA –que, por sinal, adquiriu sua hegemonia lucrando com guerras.

Enfim, a sensação de que tudo poderia ser diferente, advinda da experiência sufocada no Paraguai (e, posteriormente, no Chile, na Nicarágua...) incomoda tanto, que nega-se historicamente a dar-se a importância cabível a um conflito de tamanhas propor-ções, que deveria envergonhar à humanidade como um todo –a exemplo de Auschwitz.

Acontece que os guaranis não sobreviveram para contar a sua versão da história...

ABSTRACT: This essay intends to analyze the Brazilian historiography concerning the war on Paraguay and its original historic process. Presenting several different historiographical approaches to the conflict, starting from the work of different authors, each related to different points of views on the subject. They were, for classification purposes, divided in three groups: “official historians”, “revisionists” and “mediators”.

This work it's proposed to create a possible dialog between the economic explanation and the studies related to the social structures of the countries involved, specially Brazil – elaborated from the author identified as mediators.

¹¹ Despacho privado do Marquês de Caxias, Marechal de Exército na Guerra contra o governo do Paraguai, à S. M. o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, em 18 de Novembro de 1867. In CHIAVENATTO, p. 203.

¹² Primeira fase do período republicano brasileiro, implementado por um golpe militar. Os primeiros presidentes foram o Marechal Deodoro da Fonseca e, depois, Floriano Peixoto.

KEY-WORDS: Paraguay's war, Paraguay, Brazilian Army, British Imperialism.

Referências bibliográficas

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COSTA, Milton C. O historiador Joaquim Nabuco e a Guerra do Paraguai. *História*, São Paulo, UNESP, p. 13-31, 1995.

COSTA, Wilma P. A Guerra do Paraguai e a problemática militar do Império. *História*, São Paulo, UNESP, p. 33-48, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.

FRAGOSO, General Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: suas causas 1823-1864 (Vol.II)*. Campo Grande: UCDB, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios: 1875 – 1914*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma Análise Marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao sr Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay" e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MAGALHÃES, João Baptista. *Osório: Síntese do seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

REBOUÇAS, André. *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB – USP, s.d.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. *A Retirada de Laguna- 16ª ed*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960